

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 118, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder incentivos fiscais e econômicos, a empresa Dinda Alimentos Ltda., nos termos da lei municipal nº. 1.985, de 25 de janeiro de 2005, e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivos fiscais e econômicos, nos termos da Lei Municipal nº. 1.985, de 25 de janeiro de 2005, a empresa Dinda Alimentos Ltda., CNPJ nº 05.338.482/0001-08, destinado a instalação de unidade da empresa neste Município.

Parágrafo Único. Os incentivos econômicos deferido nesta lei é cessão de uso de área na zona urbana do Município, para construção das instalações da empresa beneficiária, por 5 (cinco) anos, prorrogável por mais 5 (cinco) anos, contados a partir da assinatura do Termo de Concessão de Incentivos, desde que atingidas as projeções previstas no seu projeto, constantes do processo/protocolo nº 126316.

Art. 2º A área a ser cedida o uso à empresa Dinda Alimentos Ltda. destina-se à instalação de sua sede ou de eventuais subsidiárias ou sucessoras que vierem a existir.

Art. 3º A área destinada a cessão de uso encontra-se na zona urbana do Município, possuindo 33.095,00 m², constante da Matrícula do Cartório de Registro de Imóveis de Guaíba sob o nº 41.439.

Art. 4º A cessão de uso da área descrita no artigo anterior, será formalizada atendendo aos critérios e exigências desta Lei e da Lei Municipal nº. 1.985/05, em especial aquelas contidas no artigo 4º, no que se refere a comprovação de regularidade da Empresa beneficiária perante a Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal, o INSS – Instituto

Nacional do Seguro Social, e o FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, bem como perante a Justiça Estadual e Federal e os Tabelionatos de Protestos de Porto Alegre.

Art. 5º A área cedida a empresa beneficiária, é vedado dar utilização diversa da prevista na cabeça do art. 2º desta Lei, assim como transferir, a qualquer título, abandonar ou desativar a unidade instalada no Município, sob pena de desfazimento da cessão de uso do bem imóvel, bem como não haverá indenização das benfeitorias realizadas no local pela empresa beneficiária, por parte do Município.

Art. 6º A empresa beneficiária terá o período de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do Termo de Concessão de Incentivos, para dar início as suas atividades comerciais no Município.

Parágrafo Único. No caso da ocorrência de situações ocasionadas por caso fortuito ou força maior poderá a empresa beneficiária, através de requerimento fundamentado, solicitar a prorrogação do prazo descrito na cabeça deste artigo, uma única vez, por mais 06 (seis) meses, sendo condicionado esta concessão a análise da Secretaria Municipal responsável e com a concordância do Prefeito Municipal que estiver em exercício.

Art. 7º No caso de a empresa beneficiária não iniciar suas atividades comerciais no prazo estabelecido no artigo anterior e não requerer a prorrogação contida no parágrafo único do mesmo artigo, deverá o Município operar a revogação da cessão de uso realizada por inexecução do encargo, não ensejando a empresa beneficiária qualquer direito sobre as benfeitorias realizadas.

Art. 8º A continuidade da cessão de uso da área de que trata o artigo 3º desta Lei fica condicionada a comprovação das seguintes previsões:

I - do retorno do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, que deverá ser verificado a partir do início das atividades comerciais da empresa no Município;

II - da utilização da área para fins exclusivos de instalação e funcionamento da empresa e eventual subsidiária ou sucessora;

III - do início das atividades comerciais da empresa nos prazos estabelecidos no artigo 6º desta Lei.

§ 1º A verificação de retorno do ICMS de que trata o inciso I deste artigo, deverá ocorrer através da análise das GIAS – Guia Informativa Anual Modelo B, emitidas pela Secretaria Estadual da Fazenda, ficando sob responsabilidade da Secretaria da Fazenda Municipal proceder esta verificação e análise até os seis meses anteriores ao término dos primeiros cinco anos de concessão de incentivos fiscais.

§ 2º. Ao fim dos 5 (cinco) anos da data de assinatura do Termo de Incentivos, verificado que não houve o retorno, por parte da empresa beneficiária, do montante do valor total dos incentivos concedidos pelo Município, será revogada a cessão, sem direito a indenização da empresa beneficiária por parte do Município.

Art. 9º Como contra-partida aos incentivos fiscais e econômicos concedidos pelo Município, a empresa Dinda Alimentos Ltda. fica obrigada:

I - A contratar, de forma direta, através do balcão de empregos do Município, 25 (vinte e cinco) trabalhadores com moradia no Município de Eldorado do Sul, no primeiro ano de funcionamento da empresa no Município;

II - A transferir o licenciamento dos veículos de propriedade da empresa beneficiária para o Município, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do início das suas atividades no Município;

§1º O descumprimento das obrigações previstas nesta Lei ensejará a perda dos incentivos deferidos no parágrafo único do art. 1º, a partir do momento em que se concretizou o descumprimento, devendo a empresa beneficiária recolher aos cofres públicos municipais o valor correspondente aos benefícios obtidos que ainda não tenham retornado ao Município na forma de tributos.

§2º Ocorrendo a situação prevista no parágrafo anterior, a Secretaria da Fazenda do Município ficará responsável pela apuração dos valores que deverão ser restituídos pela empresa beneficiária aos cofres públicos.

§3º Os valores a que se refere o parágrafo segundo deste artigo devem ser apurados com base no montante total dos incentivos já concedidos, a época do descumprimento pela empresa, descontado o montante do retorno financeiro já gerado pela empresa beneficiária.

Art. 10 . Comprovada a má fé na utilização dos incentivos concedidos nesta Lei, o Poder Público exigirá a imediata reposição do montante concedido a título de incentivo fiscal e econômico, acrescido de multa de 10% (dez por cento), incidente sobre o total, sem prejuízo de outras penalidades legais cabíveis, bem como procederá a imediata revogação da cessão de uso da área descrita no art. 3º da presente Lei, não ensejando a empresa beneficiária qualquer direito sobre as benfeitorias realizadas.

Art. 11. Em caso de alteração no ato constitutivo da empresa beneficiária, desde que verse exclusivamente sobre alteração de sua denominação social, não será necessária alteração na legislação que concede os incentivos econômicos a empresa Dinda Alimentos Ltda., cabendo a empresa beneficiária fornecer ao Município cópia autenticada da alteração, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, para posterior edição de aditivo ao Termo de Concessão de Incentivos Fiscais e Econômicos.

Art. 12. A empresa para manutenção dos incentivos previstos nesta lei deverá manter a regularidade fiscal, econômica e cadastral em perfeitas condições apresentando as certidões e documentos contábeis que forem requisitados, cabendo a análise a Secretaria da Fazenda e a Secretaria Especial de Governo.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Eldorado do Sul, 23 de dezembro de 2015.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROGÉRIO DIAS PEREIRA
Secretário da Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a esta Egrégia Câmara, o Projeto de Lei Municipal nº 118, de 23 de dezembro de 2015, que: ***"Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder incentivos fiscais e econômicos, a empresa Dinda Alimentos Ltda., nos termos da lei municipal nº. 1.985, de 25 de janeiro de 2005, e dá outras providências."***

O presente projeto de lei visa buscar autorização legislativa para conceder incentivos fiscais e econômicos a empresa privada, nos moldes da lei municipal nº. 1.985, de 25 de janeiro de 2.005, visando trazer incremento de receitas, empregos e, conseqüentemente, qualidade de vida aos cidadãos do Município.

A empresa beneficiária demonstrou regularidade perante os fiscos municipal, estadual e federal, bem como frente ao INSS e Fundo de Garantia, mostrando-se idônea e confiável, atendendo o que determina a Lei Municipal nº. 1.985, de 25 de janeiro de 2.005, devidamente demonstrado através do Processo/Protocolo nº 126058.

Visando atender o que determina o artigo 3º da Lei Municipal 1.985/05, a empresa beneficiária apresentou o respectivo projeto para a análise da concessão de benefícios econômicos, onde constaram: propósito da empresa, estudo de viabilidade econômico-financeira da instalação da empresa, previsão de geração e incremento na arrecadação de impostos municipais, cronograma de implantação e execução do empreendimento, geração de empregos, mercado consumidor, assim como, faturamento anual e projetado.

Conforme dados econômicos e sociais apresentados pela empresa, existe a expectativa de geração de 25 (vinte e cinco) novos postos de trabalho já no primeiro ano de instalação da empresa no Município, bem como realizará a transferência de sua frota de veículos para o Município.

Não bastasse o aumento nos postos de trabalho pretendidos pela empresa beneficiária e o aumento na arrecadação com IPVA, é preciso ser considerado o montante a ser arrecadado com o retorno do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) ao Município, reflexo das atividades desenvolvidas pela empresa.

A instalação de novas empresas no Município, através de projetos como este, tem proporcionado o incremento, de forma significativa, das receitas municipais, como taxas, impostos diretos e repasses estaduais e federais, impulsionando o desenvolvimento econômico, aumentando os postos de trabalho e proporcionando recursos para investimentos na melhoria da infra-estrutura local, gerando melhoria na qualidade de vida dos munícipes.

Neste contexto, uma vez que os incentivos propostos estão previstos na lei municipal nº. 1.985/05 e não há infringência ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, entendemos ser este projeto de lei meio adequado, legal e eficiente, destinado a atrair novas

empresas ao Município, com o conseqüente aumento de arrecadação.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal